



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

ANA LÚCIA ALVES DE AQUINO

**PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E A FORMAÇÃO DO JOVEM
AGRICULTOR NA CASA FAMILIAR RURAL EM ALAGOA NOVA-PB**

**CAMPINA GRANDE-PB
2015**

ANA LÚCIA ALVES DE AQUINO

**PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E A FORMAÇÃO DO JOVEM
AGRICULTOR NA CASA FAMILIAR RURAL EM ALAGOA NOVA-PB**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em Convênio com a Secretaria do Estado de Educação da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Especialista.

Orientadora: Prof^ª Me. Maria José Silva Oliveira

CAMPINA GRANDE-PB
2015

A657p Aquino, Ana Lúcia Alves de
Pedagogia da alternância e a formação do jovem agricultor na
casa familiar rural em Alagoa Nova-PB [manuscrito] / Ana Lúcia
Alves de Aquino. - 2015.

33 p.

Digitado.

Monografia (Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas
Interdisciplinares EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-
Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2015.

"Orientação: Profª. Maria José Silva Oliveira, Departamento
de História".

1. Educação do Campo. 2. Pedagogia da Alternância. 3.
Currículo. I. Título.

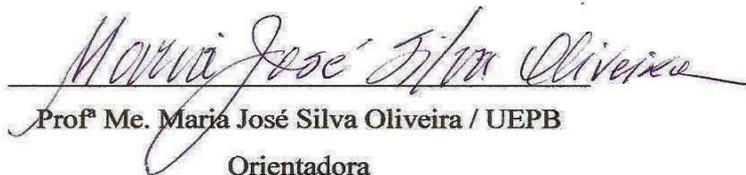
21. ed. CDD 370.11

ANA LÚCIA ALVES DE AQUINO

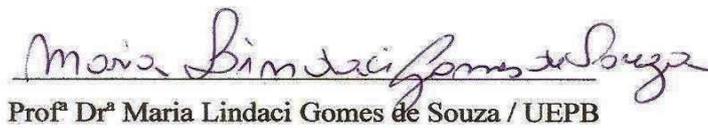
**PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E A FORMAÇÃO DO JOVEM AGRICULTOR
NA CASA FAMILIAR RURAL EM ALAGOA NOVA-PB**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em Convênio com a Secretaria do Estado de Educação da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Especialista.

Aprovada em 28/02/2015


Profª Me. Maria José Silva Oliveira / UEPB

Orientadora


Profª Drª Maria Lindaci Gomes de Souza / UEPB

Examinador


Prof. Me José Emerson Tavares de Macêdo / UEPB

Examinador

DEDICATÓRIA

À minha família, pela compreensão,dedicação
e apoio, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por ter me dado condições para superar as dificuldades.

À coordenação do curso de Especialização, pelo seu empenho.

À professora_ M^a José Oliveira, pelo suporte e incentivo.

Aos meus amigos que num gesto de amizade, colaboraram para o desenvolvimento deste trabalho.

À Equipe técnica da COOPACNE, pela experiência.

Aos jovens da Casa Familiar Rural pelo aprendizado, o meu obrigado.

A escola rural não vai além da localização geográfica. Ela recebe os sujeitos cuja organização social se dá pelo trabalho no campo.

Mônica Molina

RESUMO

O presente trabalho objetiva enfatizar a nossa experiência vivida na Casa Familiar Rural, em Alagoa Nova-PB e traz uma discussão teórica a respeito da Educação do campo no Brasil e as suas necessidades reais de formação do jovem agricultor e a sua relação com a matriz curricular nas escolas das redes oficiais de ensino. O foco da experiência do nosso estudo é a Pedagogia da Alternância como prática específica para a formação do jovem agricultor e a sua permanência no meio onde vive junto à família acreditando que no campo também se aprende, no campo também se ensina. Abordaremos sobre o viés da proposta metodológica da Pedagogia da Alternância, sua origem, difusão, resultados e perspectivas atuais, pesquisa essa que foi realizada com moradores (pais e filhos) da comunidade envolvidos no projeto, através de entrevistas com base no método da oralidade.

Palavras-chave: Educação do campo. Pedagogia da Alternância. Currículo. Família. Jovemagricultor.

ABSTRACT

This paper aims to emphasize our past experience in the Rural Family House in Alagoa Nova-PB and offers a theoretical discussion of the field Education in Brazil and their real training needs of the young farmer and his relationship with the curriculum in schools of the official school systems. The focus of the experience of our study is the Pedagogy of Alternation as a specific practice for the formation of the young farmer and his stay in the middle where he lives with the family believing in the field is also learned in the field also teaches. We will discuss about the viable of the proposed methodology of the Pedagogy of Alternation, its origin, diffusion, results and current issues, this research was conducted with residents (parents and children) of the community involved in the project, through interviews based on the method of orality.

Keywords: Education field. Pedagogy of Alternation. Resume. Family. Young farmer.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO 1 - A EDUCAÇÃO DO CAMPO:UMA DISCUSSÃO TEÓRICA.....	11
1.1 POR UMA PEDAGOGIA DA AUTONOMIA.....	16
CAPÍTULO 2 - A REALIDADE SOCIAL DO CAMPO E DA ESCOLA RURAL BRASILEIRA: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA.....	21
CAPÍTULO 3 - A CASA FAMILIAR RURAL E A EXPERIÊNCIA COM A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA	25
3.1 APRESENTAÇÃO DO PROJETO CASA FAMILIAR RURAL EM ALAGOA NOVA-PB ...	25
3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA	26
3.3METODOLOGIA	27
3.4NOSSO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS.....	32

INTRODUÇÃO

A definição de escola do campo só deverá ser pensada com foco nas particularidades das comunidades rurais, atualmente, quem pensa a escola ainda são pessoas dos centros urbanos que, apenas transferem o seu olhar, o pensamento, para outro contexto. Pensar educação e escola do campo é inserir as pessoas do campo na construção direta dos saberes, é formar para o campo e não apenas informar, para não correr o risco de permanecer excluído aquele que é o verdadeiro herói do fazer no campo- o trabalhador rural.

A luta por políticas públicas específicas e por um Projeto de Educação voltado para as pessoas que vivem no campo torna-se cada vez mais legítima. A busca por uma identidade própria para a educação do campo segue na tentativa de garantir melhores condições de vida e de cidadania de milhões de brasileiros e brasileiras que vivem no campo, e de forma mais especial, os jovens filhos e filhas de agricultores.

O aspecto educacional no campo apresenta graves problemas entre os quais podemos elencar: a falta de infraestrutura nas escolas; os docentes da escola do campo não recebem formação ou qualificações específicas para a escola do campo; falta de política de valorização do magistério; falta de iniciativas de renovação pedagógica; currículos desvinculados das necessidades e da realidade do aluno que vive e estuda na zona rural; conteúdos distantes e desconectados da vivência local do aluno; alto índice de analfabetismo; alto índice de evasão escolar; o jovem do campo perdendo sua identidade e sua ligação cultural com as suas raízes; desvinculação entre a sabedoria dos antepassados e os novos conhecimentos aplicados na escola, falta de iniciativas para assegurar a permanência das novas gerações no campo.

É nesse sentido, e na busca de respostas e soluções possíveis para minimizar tais problemas que, a luta por uma educação do campo e para as pessoas do campo deve conservar no seu bojo o desejo maior de conquistar políticas públicas para a escolarização, em todos os níveis, dos povos do campo e ainda, a discussão sobre as práticas pedagógicas da educação do campo hoje no intuito de projetar ou implementar ações alternativas para contribuir com a formação de um sujeito que recupere a sua identidade, motive a comunidade a desenvolver estratégias sustentáveis para uma educação voltada a atender às suas necessidades de formação para uma sobrevivência digna e com garantia de conservação de sua cultura e a preservação do ambiente em que vive.

Compreender que a educação do campo passa pela esfera dos direitos humanos é assumir o papel de sujeito da formação humana, torna-se necessário uma postura de

contraposição à ideia de que a escola do campo, por estar na área rural, é conseqüentemente pobre, marginalizada, e reafirmar a necessidade de estudar para viver no campo para poder estudar não se faz necessário optar, mas, é salutar que se proporcione a junção escola e campo; ensino e experiência; teoria e prática.

O tipo de escola que se apresenta no campo, pode refletir o vínculo necessário com estratégia específicas para o desenvolvimento do sujeito na sua forma mais integral. Ampliar o direito à escolarização no campo é garantir a permanência da escola próxima à residência, dentro do meio em que vive o cidadão perpassa pela luta por políticas públicas voltadas para a história dos indivíduos, para a memória de um povo com a sua cultura própria, suas causas sociais, suas lutas no campo, suas experiências e seus sonhos.

A escola pensada por profissionais que vivem no meio urbano não serve para o indivíduo que vive no meio rural. O campo carece de uma escola vinculada à Educação popular e à Pedagogia do Oprimido já que educação se relaciona com cultura, com valores coletivos e individuais, com o dia-a-dia do sujeito e da comunidade e com o mundo do trabalho. Neste trabalho, discorreremos sobre a pedagogia da alternância, uma experiência vivenciada na Casa Familiar Rural no município de Alagoa Nova-PB. Uma ação executada pela COOPACNE, e patrocinada pela PETROBRÁS –PROGRAMA PETROBRÁS AMBIENTAL no período de 2005 a 2008.

Abordaremos sobre os vieses da proposta metodológica da Pedagogia da Alternância, sua origem, difusão, resultados e perspectivas atuais, pesquisa essa que foi realizada com moradores (pais e filhos) da comunidade envolvidos no projeto, através de entrevistas com base no método da oralidade. Apresentaremos uma experiência com a pedagogia da alternância na Casa Familiar Rural, Alagoa Nova-PB, cujo objetivo principal é a manutenção do jovem agricultor na zona rural do brejo paraibano e mais precisamente na área que abrange a bacia do Rio Mamanguape, objeto do Projeto RIO Mamanguape, patrocinado pelo Programa Petrobrás Ambiental.

No nosso primeiro capítulo apresentamos uma discussão teórica acerca a educação do campo. No segundo capítulo uma discussão histórica no Brasil sobre educação do campo e a escola rural. No terceiro e último capítulo trataremos em relação à Casa Familiar Rural o nosso campo de investigação com base em nossa experiência e relato de moradores e alunos envolvidos no projeto.

CAPÍTULO 1 - A EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

O Brasil conta com cerca de oito milhões de jovens vivendo em áreas rurais com uma participação significativa nos processos de trabalho e de produção agrícola. Este grupo da população brasileira enfrenta problemas decorrentes do fluxo de migração para as cidades onde o acesso facilitado a bens e serviços é amplo.

Sendo a educação um direito social que produz a cultura de um povo, esta deve promover a inclusão, com igualdade, para todos e todas. A educação é responsável por recriar a identidade dos sujeitos bem como a organização social no campo. Assim, uma política de educação no campo deverá proporcionar uma consciência de pertença que ressalte o espaço rural como um espaço de produção da sua cultura, um espaço de relacionamento entre os saberes do campo e os saberes da cidade, entre o rural e o urbano.

A riqueza do espaço rural não pode estar restrita apenas ao aspecto econômico, não pode ser compreendido como um espaço de produção e reprodução cultural, espaço de produção de identidade, espaço de relacionamento entre o velho e o novo, o tradicional e o moderno, o campo e a cidade.

Uma alternativa importante que vale a pena salientar na promoção dos jovens trabalhadores (as) rurais no próprio campo é a pedagogia da alternância enquanto proposta pedagógica, uma vez que a mesma proporciona à essa clientela a oportunidade de reinventar um espaço no qual a sua família já produz o seu sustento. Ao mesmo tempo em que permite ao jovem trabalhador (a) rural a sua permanência nas escolas das redes oficiais de ensino e ainda proporciona a prática daquilo que foi aplicado no período letivo da Casa Familiar Rural, em qualquer dos cursos oferecidos, conforme planejamento da escola.

A família, simultaneamente, pratica e experimenta dos mesmos conhecimentos obtidos pelos jovens ao tempo em que empreende e torna possível a geração de renda e a inovação de práticas viáveis para a sustentabilidade de suas propriedades rurais. A juventude rural se torna fortalecida e organizada, integrando-se ao meio, fato que lhes coloca no mercado de trabalho, no mercado produtivo e gera uma cadeia forte e sustentável.

É necessário promover a integração da juventude rural por meio da compreensão do desenvolvimento rural para muito além da produção agrícola, mas, integrando políticas de acesso à educação, à cultura, ao lazer, ao esporte, à saúde, à qualidade de vida e ao trabalho e renda. A qualificação dos jovens agricultores no meio rural os inclui efetivamente nos processos de gestão e de participação e controle social.

Nesse contexto, da afirmação da identidade rural, o grande desafio do presente é tornar o campo um espaço atrativo e agradável para a juventude que nele vive que possa promover a sucessão e a permanência das novas gerações no campo desenvolvendo ações que garantam à sustentabilidade, a produção racional, a preservação, a consciência ambiental voltada para o aspecto cultural, para as tradições,mas, também para o desenvolvimento do campo, deixando para trás a ideia de atraso, transformando a concepção atual acerca da relação campo-cidade e ofertando qualidade de vida, dignidade, trabalho, renda, lazer e desenvolvimento sustentável nas áreas rurais para a população que lá vive e para aquela população que delas necessitam de alguma forma.

São permanentes os desafios que tornam essencial o desenvolvimento de atividades de qualificação do jovem trabalhador (a) rural, nas ações de empreendimento da agricultura familiar especialmente. Consideramos entre esses desafios a efetivação no campo, da educação pública de qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino possibilitando o acesso e a permanência na escola, superando os índices de analfabetismo ainda tão elevados no nosso país, promovendo uma educação continuada, a garantia de uma educação do campo contextualizada que possa proporcionar condições viáveis e sustentáveis para o jovem construir na sua terra os seus projetos de vida.

Uma educação com uma matriz curricular que contemple a diversidade territorial e que possa suprir as especificidades dos níveis de formação pó alternância e outras iniciativas do campo e para campo. Um modelo de educação rural que promova a integração da juventude rural nas políticas públicas agrícolas e que garanta a reprodução social da agricultura familiar, da população camponesa e de um país com gente no campo, olhando e fazendo pelo campo e para o campo.

Para que as especificidades que singularizam cada lugar, possam ser repetidas e legitimadas, é necessário assegurar a aplicação do artigo 12 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, relativas às propostas político-pedagógicas dos municípios e aos Projetos Pedagógicos das escolas, os quais deverão ser construídos mediante um processo coletivo e de ampla investigação da realidade. (Referências para uma política nacional de educação do campo- caderno de subsídios- Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo MEC)

Muitas vezes, os problemas de aprendizagem a até de evasão escolar se agravam pela distância entre o que é ensinado e a realidade dos alunos. Essa questão incorre diariamente no que reza a atual legislação do Brasil, que defende o direito de a população das áreas rurais ter uma educação que contemple as especificidades da vida no campo. A educação para o meio rural está voltada não apenas para a profissionalização dos jovens agricultores (as) reais e

potenciais, mas também para desenvolver o sentimento de responsabilidade, de cidadania, de cooperação familiar o que nada mais é do que recobrar a autoestima do cidadão da zona rural, reeducando essa população e fazendo-a redescobrir o seu real valor.

A passagem por uma experiência calcada em práticas construídas e moldadas através de conhecimentos e necessidades, através de parcerias, com foco no sujeito principal, no herói desse histórico que é o homem do campo, o trabalhador (a) rural, jovem agricultor(a) é que nos faz o seu próprio sujeito e este escreve-a dia-a-dia.

Werneck (1997, p. 224) diz que “a incerteza não é apenas a mãe do medo e a mãe da humanidade. A incerteza move o homem. Deparamo-nos, a cada dia, como o que entendemos e nem tempo mesmo que haja interesse de tentar entender”.

Verificamos que, querer entender o processo como se constrói a história do homem, é ter que aceitar e ter que compreender as suas especificidades, os seus valores, as suas maneiras variadas de aprender, as suas potencialidades naturais, a sua cultura, a sua vida. A aquisição de novos saberes, a inclusão no saber formal não deverá retirar o homem do seu meio, mas manter esse meio como cenário, como objeto como ponto de referência para a soma dos saberes.

Há que se sensibilizar todos aqueles que fazem a educação no Brasil para a realidade do campo, implementamos políticas educacionais inclusivas oportunizando a sabedoria popular, priorizando a educação do campo, experimentando práticas alternativas que viabilizam melhorias na qualidade de vida do homem do campo garantido a sustentabilidade e a cidadania.

Na história da educação no Brasil podemos destacar o fato de sua população do campo teve pouco acesso a uma educação seja ela com um mínimo de qualidade, pois em alguns casos essa educação estava permeada de certa precariedade.

Sabemos que uma educação de qualidade é algo primordial para o desenvolvimento de uma sociedade. Mas como podemos identificar ao longo do desenvolvimento da população brasileira, essa educação de qualidade esteve muito presente é uma determinada classe da sociedade brasileira, a qual detinha um poderio econômico e financeiro e que sendo assim conseguiriam gozar desse privilégio.

A educação da grande maioria da população brasileira passou por processos teóricos, metodológicos que mudou um pouco a realidade da educação no Brasil. Mudou também grande parte da estrutura dos estabelecimentos relacionados à educação no Brasil, assim como a própria formação dos educadores. Mas uma coisa muito importante que tem gerado possibilidades de fazer com que o cidadão tenha acesso a educação é a geração e criação de

programas que venham atender uma grande parcelada população que esteve ao longo da história (do Brasil) às margens de uma oportunidade de se ter uma educação de qualidade.

Ao longo da história do Brasil o processo de exclusão social e também político, social, cultural e econômico, sempre estiveram presentes e eram tidos como algo “natural”. Ainda nos dias atuais, fazer referência a este processo de exclusão não leva a um debate tranquilo, a resistência, ainda é forte por parte da sociedade neoliberal, principalmente por aqueles que ainda se beneficiaram com a exclusão social. (FERREIRA, 2011, p.17)

Nos últimos anos percebemos que essa discussão em torno do problema da discriminação tem se encaminhado para debates importantes que nos levam a repensar certas práticas e comportamentos discriminatórios. Tendo em vista que esta problemática tem tido um crescimento em torno das discussões, podemos destacar que o debate em torno da educação do campo tem tido certo avanço, mesmo que de forma tímida.

Esta temática tem demonstrado que ao longo do tempo existiu uma espécie de descaso com relação ao homem do campo que para se educar sofria bastante e se realmente quisesse produzir um pouco mais teria que deixar o seu espaço, de origem para ir à busca das cidades atrás de uma formação que lhe desse uma oportunidade de mudança de vida, mas que ao mesmo tempo, acabava tirando do campo uma pessoa importante para o desenvolvimento de práticas que viessem a melhorar a produtividade local, gerando assim melhorias para a família a qual pertencia.

Ferreira (201, p. 21), diz que “a temática ‘Educação do Campo’ deixa clara e descasa e forma com que os governantes-elite brasileira- historicamente trataram a educação voltada ao campo denominada como educação rural”.

O Brasil na sua primeira metade do século XX era considerado com um país agrícola. De acordo com o censo de 1920 cerca de 16,6% da população viviam nas cidades e aproximadamente uns 70% ou mais da população se ocuparam de atividades agrícolas. Mas isso não foi indicio de que a educação no campo fosse uma preocupação, pelo contrario, muito pouco se foi feito em termos de avanços significativos.

No artigo de Fabiano de Jesus Ferreira e Elias Canuto Brandão podemos ver que segundo suas pesquisas não existe uma priorização com relação a educação do trabalhador do campo. Na própria constituição de 1937, a educação rural não é citada diretamente, não existia uma preocupação com o homem do campo no sentido de educá-lo para o meio rural por que a preocupação maior estava sendo direcionada para as novas atividades de mercado do mundo capitalista, ou seja, para a industrialização. Mesmo diante desse quadro não

podemos deixar de informar que apesar da precariedade, da falta de atenção e do descaso em relação à educação do homem do campo, existiam sim escolas na zona rural nas mais variadas localidades pelo Brasil a fora.

Esse crescimento no setor industrial gerou uma grande fuga do homem do campo para as cidades. Famílias criaram seus filhos que quando mais adultos se tornavam a grande força de trabalho nas indústrias. Isso gerou ainda mais a desativação de algumas escolas (no Brasil) nas áreas rurais.

A partir da segunda metade do século XX, apesar de se ter um avanço no intuito de que se tenha uma universalização da educação com a finalidade de atender novas necessidades, as escolas passaram a ser destinadas aos pobres e as classes trabalhadoras para que se formassem pessoas para a indústria, não deixou de ser excludente.

Os alunos oriundos das camadas economicamente menos abastadas, ao chegarem aos centros urbanos não se identificaram com a escola, seus conteúdos e finalidades, pois a diferença entre vivência, prática e o conteúdo estudado pelas escolas urbanas eram distantes de suas origens camponesas. Esta dicotomia entre a escola e os alunos conduziu muitos alunos a abandonarem as escolas. (FERREIRA, 2011, p.27)

Tudo isso foi contribuindo para um abandono nas zonas rurais de muitos estabelecimentos educacionais. Isso foi um prejuízo enorme para o país pois mesmo que aparentemente existisse um crescimento através da indústria, ao mesmo tempo isso gerou um certo desconforto para a sociedade que passou a produzir cada vez mais homens menos dedicados a prática agrícola.

Percebemos que no Brasil ao longo do século XX, muitas mudanças ocorreram no campo da educação. Na primeira metade do século XX houve um crescimento no setor industrial e educacional, a exemplo da “Educação do Campo”. Somente na segunda metade desse século especificamente já no ano de 1988 com a nossa constituição, mesmo que não citando diretamente a educação do campo, no seu artigo 206 prevê uma igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e dizendo mais que a “educação é um direito de todos e dever do Estado e da família” (artigo 205).

Portanto, se a Constituição não se direcionou especificamente a algo relacionado a educação do campo, mas ela abriu caminho para uma nova discussão, ela abriu caminho para a busca de direitos sociais que historicamente foram renegados. Ela abriu caminho para uma nova mentalidade em torno da discussão aqui apresentada como exemplo disso podemos destacar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). “A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/96, trouxe em si “avanços” e proporcionou

conquistas voltadas à políticas educacionais ara o campo, mesmo que nas entrelinhas da LDB esteja aos interesses neoliberais.”

Apesar de algumas mudanças, isso não significa grandes melhorias, aos poucos percebemos alguns ganhos que a própria LDB contribuiu para a abertura de alguns precedentes legais, jurídicos e políticos possibilitando a implantação de uma educação que respeitasse a identidade do homem e da mulher do campo.

1.1 POR UMA PEDAGOGIA DA AUTONOMIA: COMPREENDENDO O CONCEITO

Um traço que caracteriza os indivíduos ainda não embrutecidos pela própria fraqueza ou pela realidade tremenda, é a liberdade, em torno dela, que se luta pelos direitos sociais, políticos, pela terra e pelos direitos humanos se configuram. É esta força, juntamente com o desejo de mudança, que move as ações de pessoas que constroem uma brilhante carreira de lutas, esquecendo possíveis limitações e maiores obstáculos.

A partir de uma pedagogia da alternância e das lutas pelos direitos humanos, se verifica uma proposta educativa, que alçada nos preceitos de uma educação popular, uma educação como nos coloca Paulo Freire, como prática para a liberdade, acionando assim, os sujeitos sociais em suas diferentes formas de estar no mundo. Esta educação nos torna possível dialogar com novas formas de pensar o mundo e articular as dificuldades da contemporaneidade.

Educação de qualidade constituía e ainda constitui, em grande medida, privilégio de classe. Os currículos, conteúdos e calendários urbanos, escolas precárias, entre outros, além da ausência de políticas públicas estratégicas, consistentes e contínuas, asseguradoras desse direito, são do descaso que historicamente caracterizou o poder público em relação à Educação do Campo (ARAÚJO, 2005, p. 174).

Falar da educação popular e direitos humanos é contemplar aspectos importantes de serem visualizados nos estudos referentes aos movimentos educacionais do campo e mesmo os movimentos sociais. E neles, trazer à tona os seus protagonistas e suas lutas diárias, que no nosso caso são os filhos e filhas de agricultores e agricultoras, é algo extremamente importante. Daí, a necessidade de um olhar diferenciado para a educação das escolas rurais do nosso país, estas que atendem a uma clientela específica, com necessidades de motivações

particulares, jamais pode ser vista sob a égide de um modelo educacional monolítico e fechado.

No contexto da vida no campo e na própria vida camponesa dos pequenos agricultores, a luta pela terra e a mobilização social destes, têm sido um dos mais importantes aspectos que estão norteados a história destes homens e mulheres que vivem nestes ambientes de ruralismos. A luta por uma educação que tente minimizar de forma incisiva a face das condições desiguais de vida e trabalho, que ainda são questões hegemônicas na sociedade brasileira quando se refere a vida rural é um desafio constante as novas políticas educacionais.

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas articuladas às lutas por reforma agrária partindo-se de uma compreensão de campo carente de terra e condições de trabalho, de escolas apropriadas para as pessoas que ali residem visando maior desenvolvimento de seu território. (LIMA, 2012, p.2)

Neste sentido, torna-se necessário, falar das experiências e agenciamentos destes trabalhadores sob o olhar das práticas educativas, enfatizando como estes sujeitos sociais protagonizaram suas lutas no trajeto de suas vivências históricas, entre os quais destacamos a figura de muitas mulheres que atuam na luta e na lida da roça, para ajudar seus maridos e filhos na convivência do lar e na aquisição de melhores condições de trabalho e estudo.

Todavia no que se refere à pedagogia da alternância a entendemos como uma forma de viabilizar um modelo de prática educativa que atenda às necessidades destes agentes sociais. Seria aqui, um modelo a ser adotado que viabiliza procedimentos metodológicos diferenciados e mais democráticos.

A Pedagogia da Alternância é uma proposta teórica metodológica distinta da educação convencional, pois permite ao educando ter uma visão específica da sua realidade através dos conhecimentos teóricos absorvidos na sala de aula e situá-los na integralidade de sua vivência pessoal, social, ambiental e econômica. (LIMA, 2012, p.3)

Para discutirmos sobre a questão da escola do campo na Paraíba a partir do olhar que diferencie das práticas anteriormente realizadas em movimentos sociais tomamos como evidência a vida de agricultores do município de Alagoa Nova-PB, cuja a importância não pode ser silenciada, e que serve-nos de exemplo de uma análise educacional diferenciada. Observando mediante suas ações no coletivo.

Os Instrumentos da Pedagogia da Alternância extraem da realidade concreta, elementos significativos que motivam a relação ensino-aprendizagem. Esses

elementos passam por um processo de reflexão nas áreas do conhecimento, possibilitando ao jovem perceber as contradições existentes dentro de seu próprio meio. Neste momento, o indivíduo toma distância de sua realidade e passa a analisá-la com um olhar científico, tomando dimensão entre o real e o ideal, sendo este a realidade projetada (LIMA, 2012, p.7)

Pensamos que trabalhar com propostas de uma vivência social diferenciada atende, em grande parte a uma proposta que atenda as culturas juvenis dentro da escola do campo, é neste sentido que identificamos a pedagogia da alternância como possibilidade para nossos pensamentos para uma realidade que precisa um olhar multicultural. Neste entremeio é que a constituição do olhar do educador se faz presente, pois esta nova forma de ver o ensino, requer de nossa parte uma constante promoção de valores críticos em nossos estudantes. O trabalho sob esta égide requer antes de tudo, o não negligenciamento da história cultural de seus atributos dentro do ensino, tendo em vista que esta se abre para a compreensão da heterogeneidade escolar.

É necessário formar alunos/alunas multiculturais, usando sua experiência. Para uma sociedade também multicultural para assim atuar na sociedade livre de preconceito e sendo capazes de lutar contra as desigualdades cultural, sexista e política. (FOSECA, 2006, p.10)

Como mostra Fonseca, tal realidade torna-se evidente, pois na vivência diária dos professores é preciso quebrar a todo o momento preconceitos construídos nos alunos que muitas vezes são intolerantes com relação ao lugar que ocupam no caso a vida no campo, e para, além disto, aqui se faz perceber que esta educação também atenda a preceitos de quebra de preconceito contra a sexualidade, a cor, a religião, e tantos outros aspectos. É preciso formar agricultores que aceitem viver na diferença para que a vida e a ida com a terra seja também ligada a uma vida social de alteridades.

Deixando clara a grande problemática que é tratar de multiculturalismo dentro de um sistema formado para enquadrar os educandos em uma prática cultural monolítica que não respeita a diversidade, considerado este aspecto central será colocado em questão as formas tratar as tantas expressões culturais dentro de um pequeno espaço já construído para “dominar”, a escola. Esta escola imposta não se enquadra de modo algum a uma escola que tenta abarcar os saberes dos jovens agricultores. Vemos por sinal, como sendo um dos principais motivos da segregação social e do desinteresse pelo campo sendo trazidos pela educação que não atende as especificidades dos jovens camponeses.

Criar uma escola que não prende adolescentes entre paredes, mas que lhe permita aprender através dos ensinamentos da escola, com certeza, mas também através dos da vida cotidiana, graças a uma alternância de estadias entre a propriedade familiar e o centro escolar. (GIMONET, 1999, p. 76).

Os próprios modelos de educação que não atende a realidade de cada lugar, como regimes de chuvas, secas, caminham para a escola, safras agrícolas, torna-se engessado sob a égide das atratividades para os estudantes e acaba por fomentar a criação de engessamentos nos modelos de aprendizagem, isto se mostram pelo próprio desinteresse dos jovens de continuarem estudando e em uma visão mais profunda, aqueles que querem estudar acabam por não querer ser mais agricultores, ou trabalhar sob o olhar de uma educação para os saberes do campo.

Nesta perspectiva de aproximação do meio escolar e do meio familiar/produtivo organiza-se o movimento de vai-e-vem entre a prática e a reflexão teórica, movimento este que constitui um dos fundamentos da alternância que, assume sentido de estratégia de escolarização, possibilitando aos jovens que vivem no campo, conjugar a formação escolar com as atividades e tarefas da unidade produtiva familiar, sem desvincular-se da família e da cultura do meio rural (QUEIROZ, 1997, p.41).

O próprio saber que a família tem e que se torna perdido caso uma vivência diferenciada não seja abarcada são coisas importantes para ser percebido, o papel que a família tem dentro desta nova perspectiva é outro ponto de destaque na produção de um conhecimento voltado para estes novos saberes.

Os pais que sim inserem dentro da escola para ajudarem nas práticas educativas, os saberes ditos populares, que são levados para a escola como forma de apoiar e subsidiar as formas diferenciadas de aprendizagem, o próprio amor construído na relação entre, pais, alunos e professores são fatores preponderantes para esta nova forma de perceber a vida em uma escola Casa Familiar Rural.

A escola para o campo tem que se perguntar se ainda é válida uma proposta educativa de massas, homogeneizante, com tempos e espaços rígidos numa lógica disciplinadora, em que a formação moral predomina sobre a formação ética, em um contexto dinâmico, marcado pela flexibilidade e fluidez, de individualização crescente e de identidades plurais. Observamos que o olhar para a diversidade e ao mesmo tempo a percepção de uma identidade deve ser construída neste contexto, seria a visão de que a escola precisa atender a uma valorização da ideia de pertence nos estudantes, que precisam se reconhecer como filhos e filhas de agricultores.

Em vez de falar identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto como um processo em plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros. (HALL, 1999, p. 39)

Segundo HALL (1999) A identidade é algo construído com o tempo através de um processo, e não algo inato ao indivíduo. Assim, está diretamente relacionada aos processos de identificação. Assim, parece-nos que os jovens alunos camponeses, nas formas em que vivem a nas experiências escolar, estão dizendo que não querem tanto ser tratados como iguais, mas, sim, reconhecidos nas suas especificidades, o que implica serem reconhecidos como jovens que são diferentes dos urbanos, na sua diversidade, um momento privilegiado de construção de identidades.

Neste sentido a escola precisa atuar na construção de projetos de vida que ajudem estes estudantes a construir através da experimentação e aprendizagem da autonomia necessária para vida mais digna. O saber conhecer o mundo a seu redor é parte importante para a compreensão das vivências de outros mundos.

A mídia promove a falsa ideia da juventude enquanto liberdade, força e autonomia, sento estes aspectos ligados a um consumismo desenfreado e também o papel da sociedade e seus programas públicos sendo muitas vezes ligados a um progresso neoliberal danoso para os jovens, que veem o problema do não poder ter bens matérias como uma dificuldade para suas vidas, acabando muitas vezes caindo na delinquência, no risco e no das drogas, e na própria violência, que torna-se crescente no campo também. Subjacente a este cenário encontramos no entendimento de uma escola que atenda a uma construção de pertence para o jovem camponês que cada ida mais sofre uma crise de identidades, como sendo uma alternativa viável para a promoção de educação mais inclusiva.

A educação do campo deve compreender que os sujeitos possuem história, participam de lutas sociais, sonham, têm nomes e rostos, lembranças, gêneros, raças e etnias diferenciadas... Os currículos precisam se desenvolver a partir das formas mais variadas de construção e reconstrução do espaço físico e simbólico, do território, dos sujeitos, do meio ambiente. O currículo precisa incorporar essa diversidade [...]. (BRASIL, 2004, p. 37).

Portanto, construir a história dos sujeitos jovens do campo é um objetivo deste modelo educacional, pois a partir deste é que uma vivência diferencia torna-se possível, e a pedagogia da autonomia vem a ser uma percepção viável a esta realidade.

CAPÍTULO 2 - A REALIDADE SOCIAL DO CAMPO E DA ESCOLA RURAL BRASILEIRA: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

A questão agrária brasileira é algo atrelado historicamente a movimentos de monopólio e concentração de terras nas mãos das aristocracias, desde o período colonial percebemos esta característica como sendo a mola de sustentação da economia de exploração desenvolvida para a então colônia, Brasil. Passando, deste modo, por diferentes estágios de exploração e em períodos diferentes da História aonde notamos que as massas continuaram sendo meros coadjuvantes das riquezas desenvolvidas pelo sistema agrícola (PRADO Jr, 2004).

Uma nação pensada para tornar-se um grande “plantation”, essa é a perspectiva de construção do Brasil no período posterior ao colonial. Seríamos “independentes”, mas mesmo assim, continuaríamos a mercê das práticas políticas da aristocracia rural que se constituirá como dominadora das estruturas sociais da nova nação. O império brasileiro era sustentado por essa elite que se usa de títulos de nobreza e da ostentação de posses como atributos de valor naquele período.

A república chega e com ela observamos que poucas mudanças estruturais acontecem no campo brasileiro, às terras ainda estão ligadas aos grandes senhores e coronéis que começam agora a desenvolverem estruturas que os colocam no poder como “representantes do povo”. Os discursos ideológicos são amplamente utilizados para garanti-los no poder e persuadir as massas camponesas a os seguirem, o voto de cabresto e as atitudes patriarcais passam a constituírem-se como constantes dentro da realidade do campo no Brasil.

O breve relato histórico não é complexamente detalhado, mas é de vital importância para entendermos a estrutura social do campo hoje. Com extensas proporções territoriais concentradas nas mãos de poucas pessoas. Agora é pertinente discutirmos que este processo não foi feito e também não é constituído diante de uma passividade dos camponeses.

Pensemos também que esta realidade de segregação possibilitou que um modelo educacional voltado para o campo, ditas escolas rurais, tardaram a chegar a realidade brasileira, aтем a década de 1960, pouco se tem notícia sobre instituições de ensino básico sendo criadas no contexto rural, a educação brasileira é elitista e urbana, não se pensou nas realidades dos que viviam no Brasil Real defendido por Ruy Barbosa, estávamos historicamente presos no que tange a educação a uma política educacional segregacionista, criada pela elite e para a elite.

A resistência das minorias foi algo que se fez presente em vários momentos da história dos campos brasileiros, seja ela efetivada de uma forma mais direta e incisiva, através de levantes e sedições, ou mesmo de uma maneira sub-reptícia, com astúcias desses grupos de trabalhadores que também tinham uma ligação forte ao contexto de formação da estrutura agrícola do país.

Movimentos sociais organizados fizeram-se presentes no contexto rural brasileiro com o intuito de defesa dos interesses do homem e da mulher pobre do campo e da própria educação criada para estes grupos, principalmente a partir da segunda metade século XX, aonde vemos o surgimento das primeiras organizações sindicais, a criação da lei de terras de Novembro de 1964 (Lei 4.504) e os movimentos de ligas camponesas, sobretudo na região Nordeste e mais especificamente no contexto paraibano.

As reivindicações agora começam a ser institucionalizadas, a organização dos trabalhadores e trabalhadores traz consigo maior força e representatividade para os camponeses, mais nem por isso a luta torna-se menos árdua, o direito de ter onde plantar e muito menos onde estudar. Projetos como Mobral e MEB (movimento de educação Brasileira) criados nos períodos anteriores ao golpe civil/militar tiveram uma ampla participação das massas, e por certo tempo cogitou-se um novo modelo de educação para o país, mais voltado para uma vivência social.

É neste período que Paulo Freyre, educador pernambucano, revoluciona a educação para as massas com seus modelos de educação voltados para o popular, seus experimentos em Pernambuco e na fazenda Angicos no Rio grande do Norte, tornam-se modelos para o governo de Jânio Quadros.

A história social se destaca como importante linha teórica de análise das relações existentes no campo brasileiro, mais especificamente “a nova história social”, que pode ser analisada como linha teórica de sustentação dos aspectos ligados a discussão metodológica dos embates existentes entre as classes, como defende Bittencout (2009):

A “nova história social”, aproximando-se da antropologia e da literatura, preocupar-se-ia com diversos agrupamentos além daqueles caracterizados por um quadro socioeconômico, incluindo gênero, etnia, idade, etc. E como esses aspectos se relacionam com as diferentes classificações dos grupos sociais. As grandes mudanças e os processos sociais são muitas vezes identificados a partir do estudo de uma realidade particularizada, em alguns casos, próxima de uma dimensão analítica etnológica (BITTENCOUT, 2009, p.4).

Percebemos neste momento que o debate que une a antropologia e as outras ciências sociais dentro do contexto historiográfico torna-se bastante pertinente, pois o que vemos é a

possibilidade de análise das realidades mais específicas dentro do contexto da história social abrangendo-se para outras áreas do conhecimento que não só a História iremos nos prender, aqui, por exemplo, à análise da perspectiva de uma construção de gênero dentro do contexto de luta pela terra, mostrando a figura feminina enquanto líder de movimentos e sua característica de construção da identidade e dos valores educacionais específicos dos que lutaram pelo direito a terra (VIEIRA, 2007).

Tendo em mãos a análise histórica da questão da concentração de terras no Brasil, perpetuada também nas décadas de 1970 e 1980, aliados ao debate em torno da “nova história social”, temos subsídios para analisarmos inúmeros aspectos dentro do contexto da luta camponesa e debatermos as reivindicações dos trabalhadores do campo, que são tão importantes no contexto Histórico, como defende Vasconcelos: “As primeiras ações trabalhistas no país. São trabalhadores lutando pela liberdade, lutando por melhores condições de trabalho, lutando para que o direito a uma alforria seja respeitado” (VASCONCELOS, 2005, p.9).

No contexto paraibano, não tão diferente do que aconteceu no âmbito nacional, as lutas e reivindicações camponesas tornam-se fortes, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. As ligas camponesas e as lutas de líderes como João Pedro Teixeira e Margarida Maria Alves são exemplos das experiências e agenciamentos no Estado para as massas camponesas (SOUZA, 1996).

A concentração fundiária das usinas e dos engenhos de cana-de-açúcar, juntamente com o poder oligárquico aqui existente, foi às principais barreiras que os camponeses tiveram que transpor. As disputas no contexto paraibano começaram a surgir quando se percebeu, de um lado, a presença de grandes latifundiários que não queriam perder seus lucros, poder político e prestígio obtidos através da exploração da força de trabalho camponesa, e de outro, haviam as ligas camponesas representando os interesses dos pequenos agricultores, estas reivindicando, a princípio, o não pagamento de exorbitantes impostos aos coronéis, e mais tarde lutando mesmo pela posse da terra que lhe era de direito. Esse é o contexto de conflitos que se delineiam na Paraíba a partir dos anos de 1950 (SOUZA, 1996).

O camponês era vítima da exploração estrutural do campo e passou a ser violentado fisicamente pelos latifundiários. Analfabeto sem assistência alguma nem médica ou jurídica, ameaçado pelo capanga e pela polícia, desconfiava de tudo e de todos. Aceitava a situação como obra do destino. No instante porém, em que tomou conhecimento de que estava submetida a uma cruel exploração, transfigurou-se: perdeu o medo. Transformou-se em um lutador vigoroso na defesa dos seus direitos e de seu futuro. A fim de garantir uma vida para os seus filhos. As ligas camponesas deram-lhe a conscientização da sua força. (SOUZA, 1996, p.11)

A microrregião do brejo paraibano foi também um lugar marcado pela presença de tais conflitos. Em Areia, Alagoa Nova e Massaranduba foram exemplos de municípios aonde aconteceram conflitos que muitas vezes surtiram êxito e tais camponeses(as) conseguiram a tão sonhada posse da terra. A luta muitas vezes era a forma mais eficiente de conseguir seus objetivos, mesmo que essa muitas vezes ocasionasse a morte ou o sofrimento dos mesmos, eles estavam sempre persistindo.

Todo este contexto histórico serve-nos como natureza indiciária para pensar que o olhar sobre o homem do campo não deve se pautar no presente, as lutas por uma melhora social e educacional perduram-se por décadas e ainda condizem com questões latentes a nossa realidade. Sendo objeto pertinente de análise histórica e educacional o estudo de questões relacionadas às lutas, vitoriosas, ou não dos saberes do campo.

CAPÍTULO 3 - A CASA FAMILIAR RURAL E A EXPERIÊNCIA COM A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA

3.1 APRESENTAÇÃO DO PROJETO CASA FAMILIAR RURAL EM ALAGOA NOVA-PB

O currículo oferecido pelas escolas das Redes Oficiais de Ensino não têm correspondido efetiva, ente às carências de formação e de informação no sentido de contribuir para melhorar as técnicas de produção, o aumento da produtividade, adequação às questões ambientes locais das regiões agrícolas, condições que venham permitir maior dignidade e, por conseguinte, maior satisfação às famílias de agricultores em se manterem no campo.

É nesse contexto que, o PROJETO RIO MANMAGUAPE, com patrocínio da PETROBRAS PROGRAMA PETROBRAS AMBIENTAL, e com a execução da COOPACNE- COOPERATIVA DE PROJETOS E ASSISTÊNCIA TECNICA DO NORDESTE, a CASA FAMILIAR RURAL propõe oferecer aos jovens e adultos da zona rural dos municípios que compõem a bacia do Rio Mamanguape- Alagoa Nova, Lagoa Seca, Montadas, Areial, Esperança. São Sebastião de Lagoa de Roça e Matinhas- uma profissionalização específica e integrada com o meio rural e que venha proporcionar ao jovem agricultor bem como à sua família condições e alternativas para a geração de renda para toda a família; um melhor aproveitamento dos recursos existentes em suas pequenas propriedades e uma melhor perspectiva para a manutenção das novas gerações no campo.

Alguns fatores são considerados mais frequentes como obstáculos em várias áreas rurais observadas, para a manutenção dos jovens filhos de agricultores no meio rural e na escola tradicional, em destaque: o currículo oferecido pela escola regular não condiz com as necessidades de aprendizagem da realidade do jovem em seu meio; a ausência de recursos efetivos para realização das atividades básica do campo; o calendário agrícola da zona rural e, por conseguinte, dos docentes que ali atuam; desarticulação e rigidez burocrática entre as Escolas Técnicas das Redes Oficiais e a realidade dos municípios; profissionais de ensino sem capacitação adequada para lidar com a realidade dos seus alunos, indivíduos do meio rural; descrédito das famílias dos jovens alunos para com o currículo oficial das escolas que não condiz com a realidade local, na qual o jovem esta inserido no dia-a-dia.

O Programa CASA FAMILIAR RURAL propõe aos municípios envolvidos uma parceria de contribuir para com as famílias agricultoras na formação integral dos seus jovens

agricultores, numa perspectiva de desenvolvimento rural sustentável e a permanência dos jovens agricultores no meio rural, ausentando assim, a ideia de migração para áreas urbanas podendo inibir o êxodo rural.

A manutenção das nas gerações no campo, com alternativas sustentáveis para a realidade específica, minimiza problemas atuais enfrentados por aqueles que vivem no meio urbano além do que, resgata a autoestima do cidadão camponês que deixa de ser visto como o matuto e torna-se um indivíduo fundamental no processo de organização dos agricultores com a participação efetiva em associações rurais, cooperativas, ONG's, movimentos sociais com uma formação adequada e competências para transmitir seus conhecimentos adquiridos formando, dessa forma, as outras gerações promovendo dignidade com sustentabilidade.

A execução das ações da CASA FAMILIAR RURAL, realizada pela COOPACNE e patrocinada pela PROGRAMA PETROBRÁS AMBIENTAL, segue as seguintes ações:

- formação das equipes de trabalho;
- planejamento das atividades;
- reunião com os pais dos jovens;
- plano de ação para as demandas dos municípios da área abrangente do Projeto;
- capacitação de Técnicas dos Órgãos municipais, associações, sindicatos;
- Assistência Técnica para implantação e fomento dos cursos da CASA FAMILIAR RURAL

É indiscutível a necessidade de formação dos jovens no meio rural, não apenas visando a sua formação profissional mas, também de desenvolver no homem do campo, e mais precisamente no jovem agricultor uma maior valorização da própria sociedade rural e isso se torna viável através da educação, através de um processo educativo gradual e contínuo no qual se aliam às teorias, as experiências exitosas de outras regiões, de outras famílias no sentido de transmitir conhecimentos e adquirir novas experiências práticas e que possam ser implementadas na realidade local e principalmente na valorização dos potenciais materiais e humanos existentes comunidades rurais.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Apícola em parceria com o Projeto Rio Mamanguape ofereceu aos jovens agricultores a oportunidade de uma formação técnica agrária cujo foco era a permanência

desses no campo. A escola apresenta estrutura adequada para o processo de formação na sua infraestrutura como também nos recursos didáticos recursos humanos.

A escola possui 01(uma) sala de aula; banheiros (feminino e masculino); uma cozinha com refeitório; uma secretaria; dois dormitórios com camas(beliches) e banheiros;a casa do mel com departamentos devidamente equipados para o beneficiamento do mel de abelha; 1 cisterna e uma caixa para armazenamento d'água e um quintal. Os monitores dispunham de recursos didáticos como: retro projetor, data show; TV;DVD; aparelho de som ;Xerox;quadro e painel;apostilas previamente planejadas.

Segundo lima (2010), a infraestrutura com espaço escolar de forma relevante para se estabelecer o desenvolvimento das capacidades físicas, intelectuais e morais do aluno.

3.3 METODOLOGIA

A experiência da Casa Familiar Rural com Pedagogia de Alternância ocorreu na Escola Apícola localizada a 2km da zona urbana da cidade de Alagoa Nova-PB, no sitio Pau D'arco.

As aulas eram ministradas de segunda à quinta-feira nos três turnos durante uma semana alternando com uma de semana de atividades na propriedade da família. As atividades escolares eram divididas entre os monitores e técnicos que desenvolviam conteúdos específicos para cada módulo.

3.4 NOSSO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO

Durante o período de execução do Projeto Casa Familiar foi possível observar e analisar as dificuldades dos filhos de agricultores em se manter na escola e como permanecer no campo nas atividades agrícolas. O cansaço de muitos chegava a limitar a sua capacidade de continuar na escola regular; o desestímulo em relação ao currículo escolar regular não condizente com a realidade do aluno da zona rural; o período de inverno do plantio,da colheita, do corte da cana nos engenhos de aguardente; a distância em relação à escola, e os seus horários de trabalho que variavam conforme o calendário das atividades agropecuárias.

O grande foco do Projeto Casa Familiar Rural se estabeleceu em planejar estratégias e desenvolver miniprojetos agropecuários no sentido de incentivar os jovens agricultores a continuarem no campo e convidar outros jovens a participar do Projeto haja visto o alto numero de filhos de agricultores desinteressados pelas atividades agrárias.

Com tais objetivos as aulas eram ministradas de modo que os saberes espontâneos junto à experiência de vida dos jovens agricultores e dos seus pais não ficassem anulados, mas sempre fossem relacionados ao saber técnico-científico, como ressalta BRASIL, 2008, a aproximação de conteúdos específicos com a realidade dos alunos traz maior eficácia ao aprendizado.

Os exemplos e demonstrações didáticas sempre estavam relacionados ao dia-a-dia dos jovens agricultores, como tratamento de água, estudo do solo, captação e criação de abelhas, beneficiamento do mel, práticas agrícolas sustentáveis, educação ambiental, reforço escolar, esportes, construção de fogão ecológico, aproveitamento de alimentos, fitoterapia, noções básicas de saúde, com o objetivo de aproximar sempre os conteúdos da vivência com a família.

Devido à rotina cansativa do trabalho e da escola regular os monitores implantaram atividades de descontração, aulas de capoeira, futebol de campo, torneios esportivos com jogos de damas, palestras educativas e momentos de oração, de música além de comemorações nas datas festivas como dia das mães, dia dos pais, dia do estudante. Havia aulas de campo para demonstração de aulas em mutirão nas residências dos pais como construção de fogão ecológico, cisternas de placas, implantação de mandalas para cultivos de verdura e criação de galinha. A exibição de filmes e documentários era prática noturna para reflexão sobre autoestima, convivência em grupo, dificuldades da vida.

Segundo Moran(1995) “os vídeos motivam, aproximam os alunos do interesse pelos seus próprios assuntos do cotidiano. Os vídeos são dinâmicos, mostram a história, facilitam a compreensão de fatos mais abstratos” (MORAN,2009, p.11).

Além dos métodos didáticos diferenciados, dos minicursos técnicos a Casa Familiar Rural promovia visitas das escolas e instituições para apresentar as suas atividades e promover a interação entre jovens agricultores e os demais alunos e comunidades, além de recompensá-los pelo aprendizado. Vídeos foram gravados com os jovens agricultores apresentando miniprojetos alternativos, palestras, participações em exposições escolares nas redes oficiais de ensino no sentido de atrair novos jovens agricultores e levar ao conhecimento da comunidade as ações do Projeto Casa Familiar Rural.

Algumas parcerias foram fundamentais para a execução das atividades diversificadas: A Petrobras Ambiental; A COOPACNE; O SENAR; O Sindicato de Trabalhadores Rurais;Sindicato Rural;Secretarias Municipais de Educação; Saúde; Transportes;Urbanismo;Agricultura; Ação Social; Planejamento e Turismo; Paróquia se Santa Ana;Rádio Pirauá FM; Departamento de Esportes; Centro Artesanal; Associação de

Moradores;Engenho Serra Preta;SEBRAE;Fórum de Turismo do Brejo;EMATER-PB;Território da Borborema;ASP-TA; Igreja Congregacional;Comerciantes;Professores da Rede Oficial de Ensino e famílias. Abaixo destacamos algumas falas de moradores (pais, filhos) que reside na comunidade.

“A Casa Familiar Rural enquanto alternativa de escola para os jovens agricultores rurais da região, chegou como um incentivo para essa juventude querer fazer alguma coisa pela terra onde mora”, diz a Sra. Maricé Cavalcante, sexagenária líder da comunidade do sítio Pau D’Arco onde está situada a Escola Apícola, sede da Casa Familiar Rural Santo Antonio. Ela expressa a importância de um projeto dessa natureza para a região.

Segundo Maricé Cavalcante: “Os jovens do Projeto eram meninos que, tido que aprendiam lá na casa, faziam na terra dos pais. Era cisterna, era horta, era criação de galinha, era o tratamento de água da cacimba, era plantio como maracujá, era ensinamentos de coisas para a vida com a família”.

Percebe-se a integração da líder comunitária com a matriz dos cursos oferecidos na casa durante a formação no regime de alternância em que atividades foram bem aceitas e desenvolvidas pelos jovens e suas famílias.

Segundo o Sr. Manoel Raimundo, pai de um jovem da Casa Familiar Rural, morador do sítio Boa Esperança, afirma que “Os pais participavam com o maior prazer, de tudo que acontecia na casa e aprendiam junto com os filhos”.

Ainda segundo o Sr. Manoel Raimundo: “foi um período de muito aprendizado e expectativa por tempos melhores aqui na nossa região mas, quando encerrar o Projeto da PETROBRÁS, muitos não entenderam que era para continuar”.

Percebemos na fala do pai, que as expectativas criadas em torno do Projeto da Casa Familiar Rural, foram bastante significativas porém, houve um entrave, talvez o sentimento de pertença não tenha se desenvolvido conforme a pretensão.

O jovem A. Raimundo, morador do sítio Boa Esperança participou do Projeto Casa Familiar Rural como aluno do curso de agronomia na UEPB, pelo incentivo recebido na formação pela pedagogia de alternância. Nos afirmou o seguinte: “eu via a Casa Familiar Rural como a minha melhor oportunidade para continuar cuidando, das coisas do meu pai. Aprendi muito, terminei o ensino médio na escola regular e prestei vestibular para agronomia, hoje sou universitário, e tudo que vivenciei na casa trago no meu dia-a-dia, pois permaneci na área do conhecimento, e quero dar continuidade a essa presença do jovem agricultor, formado, viver da agricultura, permanecer na sua origem”.

Podemos constatar que esses depoimentos nos revela da importância que foi trabalhar com esse projeto nessa comunidade, estes discurso nos reforça a ideia de que o projeto foi importante é preciso dar continuidade nessa e em outras localidades rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa discutiu as práticas pedagógicas na Escola Apícola localizada a 2km da zona urbana da cidade de Alagoa Nova-PB, no sítio Pau D'arco. no município e permitiu compreender que, apesar das dificuldades ainda presentes nesse contexto escolar, este é um lugar rico, de vida, que abriga sujeitos não mais com a tradicional visão do jeca tatu, mas sim, autônomos e participativos que promovem mudanças significativas.

As experiências da Pedagogia da Alternância, imbricadas nesses movimentos sociais populares, parecem sinalizar para um novo projeto de sociedade e de educação. Como um bruto minúsculo e com muito esforço, este novo luta para romper por dentro da velha árvore que se constitui na sociedade e educação burguesas.

Assim, se configura, para nós, educadores-pesquisadores, o desafio de analisar as potencialidades e as limitações dessas experiências para a construção de um projeto democrático-popular de sociedade e de educação, buscando averiguar suas contribuições nas áreas de currículo, estágio, formação de professores, entre outras. Há necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a Pedagogia da Alternância, também porque esta começa a ser adotada em alguns países como a França, a Suécia e o Canadá.

Justifica-se desse modo, a importância e a atualidade de tornar claras as práticas e as concepções de Pedagogia da Alternância que a fundamentam. Isso porque essa pedagogia pode significar um caminho para viabilizar a relação entre trabalho produtivo e educação escolar na formação humana dos trabalhadores rurais/do campo. No entanto, pode ser também uma estratégia do Estado capitalista tanto para a formação dos jovens agricultores quanto para a formação dos jovens trabalhadores urbanos.

Por fim acreditamos que este estudo possibilita refletir e discutir a Educação do Campo, contribuindo para significá-la, para fortalecer as lutas em busca de novas conquistas pela superação da injustiça, da desigualdade tão presente em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, S. R. M. **Escola para o trabalho escola para a vida: o caso da Escola Família Agrícola de Angical – Bahia.** 2005. 419 p. Dissertação (Mestrado)-Universidade do Estado da Bahia, Salvador. 2005.

BEGNANI, João Batista. **Uma geografia da Pedagogia da Alternância no Brasil.** Brasília:Cidade,2004.(Unefab Documento Pedagógico).

BITTENCOURT, Ícaro. **O mutualismo operário e os desafios à história social.** n° 4, Vol.2, Aedos, 2009. p. 17.

BRASIL.**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -LDB,** de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei n° 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Orientações Curriulares para o Ensino Médio.Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias.Brasília; MEC,SEB,2006.

BRASIL. **Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo:** caderno de subsídios. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004.

Cadernos SECAD-2. **Educação da campo:** diferenças mudando paradigmas MEC.

FONSECA, Selma Guimarães; COLTO, Regina Célia do. Formação de professores e ensino de História: A perspectiva multicultural em debate. In__. **Linhas críticas.** Brasília- DF: 12. Vol.2006 p. 59-74.

FREIRE, Paulo. (1978). **Pedagogia do Oprimido.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa.18ª Ed.São Paulo: Paz e Terra,1996.

GIMONET, Jean-Claude. **Nascimento edesenvolvimento de um movimento educativo:** as Casas Familiares Rurais de Educação e de Orientação. In: SEMINÁRIOINTERNACIONAL DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA, 1., 1999, Salvador. Anais. Salvador:União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil, 1999, p. 39-48.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

KOLLING, Edgar Jorge;CERIOL I, Paulo Ricardo;CALDART,Roseli Salet(Orgs.).**Educação do campo:**identidade e políticas públicas. Brasília,DF:MST, Movimento de Articulação Nacional por uma Educação do campo,2002.(Coleção por uma educação do campo,4).

LIMA, Adriene Viana. **Educação do campo e pedagogia da alternância:** algumas considerações metodológicas. Entrelaçando, Revista Eletrônica de Culturas e Educação N. 6 , V.2 , 2012 . p. 46-60.

MORAN, José Manuel. Vídeos são instrumentos de comunicação e produção. 2009. Portal do Professor do MEC, 06 de Junho, 2009. Entrevista concedida Renata Charmarelli e Fátima Schenini. Acesso: 02 de abril, 2011. [HTTP://www.eca.usp.br/prof/moran/videos.htm](http://www.eca.usp.br/prof/moran/videos.htm)

_____. **O vídeo n sala de aula.** Revista Comunicação & Educação. V.1, n.2, São Paulo, 1995. p.27-35.

PEREIRA, Sonilda Sampaio Santos. **Educação campestre e pedagogia de alternância:** possibilidades de uma educação formal integral na zona rural do município de Jaguaquara – Bahia. Práxis Educacional, Vitória da Conquista: v. 4, n. 4 p. 145-166 jan./jun. 2008.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo.** 23.Ed. São Paulo-SP: Brasiliense, 2004. p.381.

QUEIROZ, João B. P.. **O processo de implantação da Escola Família Agrícola (EFA) de Goiás.** Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG. 2004.

SOUZA, Francisco de Assis Lemos de. **Nordeste, o vietnã que não houve:** Ligas Camponesas e o golpe de 1964. Londrina: UFL, 1996.

VASCONCELOS, Tânia Maria pereira. **A perspectiva de gênero redimensionando a disciplina histórica.** Vol.3, Universidade do Estado da Bahia – UNEB, 2005.

VIEIRA, Maria do Pilar Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. **A pesquisa em História.** 5.Ed, São Paulo-SP, Ática, 2007, p.80.

VISBISKI, Vivieny Nogueira; WEIRICH NETO, Pedro Henrique. **Casa Familiar Rural:** uma escola diferente. Curitiba, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2000. (Não Publicado).

WERNECK, Cláudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho, na Sociedade Inclusiva:** a desinformação e o escuro. Rio de Janeiro: Wva, 1987.